

Inquérito Civil SIG/MP n. 06.2019.00001241-5

Objeto: Apurar a notícia de irregularidades no Procedimento de Compra Direta n. 370/2018, do Município de Anchieta-SC.

TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, representado neste ato pelo Promotor de Justiça Saulo Henrique Alessio Cesa, doravante denominado **COMPROMITENTE**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, com fundamento no artigo 127, *caput*, e 129, ambos da Constituição Federal; no artigo 97, parágrafo único, da Constituição Estadual; no artigo 25, inciso IV, da Lei n. 8.625/93; e no artigo 5º, §º 6º, da Lei n. 7.347/85, e o **MUNICÍPIO DE ANCHIETA**, pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ sob o n. 83.024.687/0001-22, com sede na Avenida Anchieta, n. 838, Bairro Centro, Anchieta-SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Ivan José Canci, doravante denominado **COMPROMISSÁRIO**, considerando as constatações e informações reunidas no Inquérito Civil em epígrafe, e

CONSIDERANDO as funções institucionais do Ministério Público previstas nos artigos 127 e 129 da Constituição da República, nos artigos 26 e 27 da Lei n. 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e no artigo 90 da Lei Complementar Estadual n. 738/2019 (Lei Orgânica do Ministério Público de Santa Catarina);

CONSIDERANDO que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência, consoante dispõe o artigo 37 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que os artigos 24 e 25 da Lei n. 8.666/93 elencam as hipóteses nas quais a realização de licitação é dispensável ou inexigível, respectivamente;

CONSIDERANDO que, mesmo nas hipóteses em que a Lei n. 8.666/93 autoriza a aquisição de produtos e serviços sem a realização de licitação, não se pode deixar de documentar o procedimento administrativo correspondente à dispensa ou inexigibilidade, apresentando-se o fundamento legal do ato administrativo e as razões de fato que levaram àquela contratação;

CONSIDERANDO que a formalização do procedimento administrativo simplificado de dispensa ou inexigibilidade de licitação serve como instrumento de demonstração da legalidade do ato administrativo e permite seu devido controle, mediante a demonstração de que o preço a ser pago pela aquisição dos produtos e serviços é compatível com o de mercado, de que o contratado eleito é o mais indicado para a contratação e de que a contratação se mostra oportuna e conveniente ou necessária;

CONSIDERANDO que, embora a Lei n. 8.666/93 não exija expressamente a realização de três orçamentos para a instrução do procedimento de dispensa de licitação, a doutrina e a jurisprudência firmaram o entendimento de que é necessária a realização de uma ampla pesquisa de preços, a fim de identificar os valores praticados no mercado e evitar a ocorrência de dano ao erário;

CONSIDERANDO que o Tribunal de Contas da União possui o entendimento de que é necessária a obtenção de, no mínimo, três orçamentos de fornecedores distintos para instrução de procedimentos de dispensa de licitação (BRASIL, Tribunal de Contas da União. Acórdão 980/2005, Plenário, rel. Min. Marcos Bemquerer, julgado em 13.7.2005);

CONSIDERANDO que o Município de Anchieta realizou o Procedimento de Compra Direta n. 370/2018, voltado à contratação de empresa para prestação de serviço com caminhão autorizado para efetuar o transporte de oito veículos doados ao Município pela Receita Federal, partindo da cidade de Joaçaba-SC até a cidade de Anchieta-SC, mediante dispensa de licitação, em razão do valor do serviço a ser contratado não exceder o limite previsto no artigo 24, inciso

II, da Lei n. 8.666/93;

CONSIDERANDO que restou apurado que o servidor Eloé Schweizer, responsável pela elaboração de três orçamentos prévios à realização da compra direta em questão, deixou de documentar a solicitação de orçamentos realizada por ele em duas empresas, pois realizou contato com os proprietários dos estabelecimentos comerciais apenas por telefone;

CONSIDERANDO que a situação concreta anteriormente narrada demonstra a necessidade de aprimoramento dos procedimentos internos adotados pelo Município de Anchieta para a realização de dispensas e inexigibilidades de licitação;

RESOLVEM celebrar o presente **TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**, com supedâneo no artigo 5º, parágrafo 6º, da Lei n. 7.347/85, para tanto pactuando as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta tem por objeto o aprimoramento dos procedimentos da fase interna das dispensas e inexigibilidades de licitação realizadas pelo Município de Anchieta, com vistas a atender aos dispositivos da Lei n. 8.666/93;

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

1 – O **COMPROMISSÁRIO** compromete-se a, a partir da assinatura do presente Termo de Compromisso, instaurar procedimentos administrativos para cada caso de dispensa e inexigibilidade de licitação, conforme os artigos 26, parágrafo único, e 38 da Lei n. 8.666/93, no bojo dos quais deverão ser adotadas, no mínimo, as seguintes providências, sem prejuízo de outras:

a.1) nas hipóteses de dispensa de licitação, realização de orçamentos ou pesquisa de preços capazes de demonstrar que os recursos públicos a serem gastos com a aquisição dos produtos e/ou serviços são compatíveis com o valor de mercado, mediante a obtenção de, **no mínimo, três fontes distintas idôneas de embasamento de preço (orçamentos elaborados por empresas, informações obtidas de bancos de preços ou pesquisa em contratações públicas da região atinentes ao mesmo objeto)** para cada um dos itens que **serão adquiridos mediante dispensa de licitação**, tudo a ser documentado por escrito e juntado no procedimento;

a.2) nas hipóteses em que o **COMPROMISSÁRIO** não lograr êxito em obter três orçamentos, cotações de bancos de preços ou pesquisa em contratações públicas da região atinentes ao mesmo objeto, a par da demonstração de inefetividade das pesquisas, deverá ser comprovado documentalmente no procedimento que houve a solicitação de orçamentos a, **no mínimo**, seis empresas diferentes, e que as referidas empresas não responderam à solicitação ou recusaram a oferta de orçamento no prazo fixado pela Administração, devendo-se juntar ao procedimento, cópia de comprovante de envio das solicitações de orçamentos aos interessados, em meio físico ou eletrônico;

b) nas hipóteses de inexigibilidade de licitação, registro de justificativa documental que demonstre a razoabilidade do preço do produto ou serviço a ser adquirido e sua compatibilidade com os valores praticados pelo mercado;

c) registro, por escrito, das razões que justificam a escolha daquele contratante específico;

d) registro, por escrito, das razões que fundamentam a necessidade, oportunidade e conveniência da contratação;

e) realização do enquadramento legal da situação concreta em uma das hipóteses abstratas de dispensa ou de inexigibilidade previstas na Lei n.

8.666/93;

CLÁUSULA TERCEIRA – DA MULTA COMINATÓRIA

1 – O descumprimento de qualquer das obrigações pactuadas neste Termo de Compromisso sujeitará o **COMPROMISSÁRIO** e seu representante signatário, Prefeito Municipal de Anchieta, solidariamente, a multa no valor equivalente ao décuplo do valor da contratação realizada, para cada procedimento de dispensa ou inexigibilidade de licitação que for levado a efeito sem a observância das formalidades elencadas neste Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, sem prejuízo de imediata execução judicial das obrigações e da adoção de outras medidas judiciais e extrajudiciais pertinentes, inclusive no âmbito da moralidade administrativa;

2 – A multa deverá ser recolhida em favor do Fundo para Reconstituição dos Bens Lesados de Santa Catarina, instituído pela Lei Estadual n. 15.694/2011, em atenção ao disposto no artigo 13 da Lei n. 7.347/85, através de boleto bancário a ser emitido por esta Promotoria de Justiça;

3 – A multa estipulada nesta cláusula será exigida independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, estando o signatário constituído em mora com o simples inadimplemento;

CLÁUSULA QUARTA – DA POSSIBILIDADE DE ADITAMENTO

As partes poderão rever o presente ajuste, mediante termo aditivo, o qual poderá incluir ou excluir medidas que tenham por objetivo o seu aperfeiçoamento e/ou se mostrarem tecnicamente necessárias;

CLÁUSULA QUINTA – DA POSTURA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

O **COMPROMITENTE** compromete-se a não utilizar os instrumentos jurídicos cabíveis em desfavor do **COMPROMISSÁRIO**, no que diz respeito aos itens ajustados, caso estes sejam devidamente cumpridos, comprometendo-se, também, a fiscalizar o cumprimento do presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, inclusive procedendo à sua eventual execução, caso haja necessidade;

CLÁUSULA SEXTA – DA ABRANGÊNCIA

Este título executivo não inibe ou restringe, em nenhum aspecto, as ações de controle, monitoramento e fiscalização de qualquer órgão ou entidade, nem limita ou impede o exercício, por eles, de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares;

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FORMAÇÃO DE TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL

1 – Este acordo tem eficácia de título executivo extrajudicial, na esteira do artigo 5º, §6º, da Lei n. 7.347/85 e do artigo 784, inciso XII, do Código de Processo Civil, e será submetido à homologação do Conselho Superior do Ministério Público, conforme dispõe o artigo 9º, §3º, da Lei n. 7.347/85, o que não prejudica sua imediata eficácia;

2 – Tratando-se o presente documento de título executivo extrajudicial e estando preenchidos os requisitos de certeza, liquidez e exigibilidade, o **COMPROMISSÁRIO** fica ciente da possibilidade de protesto do título em caso de descumprimento, conforme a Nota Técnica n. 01/2014/CCO e a Circular n. 127/2014 da Corregedoria-Geral de Justiça de Santa Catarina;

CLÁUSULA OITAVA – DA ELEIÇÃO DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Anchieta/SC para dirimir quaisquer questões oriundas deste Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta;

CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1 – O presente acordo representa apenas garantia mínima, e não limite máximo de responsabilidade;

2 – Este ajuste entrará em vigor a partir da data de sua celebração e terá prazo indeterminado.

Anchieta, 05 de março de 2020.

[assinado digitalmente]

Saulo Henrique Alessio Cesa
Promotor de Justiça

Município de Anchieta
Representado por Ivan José Canci

Rudimar Borcioni
Procuradoria do Município de Anchieta

Ademar Coradini Junior
Testemunha

Maiara Francieli Haas
Testemunha